

## ENTREVISTA

## Ana Maria Fernandes Pitta: mulher, nordestina, psiquiatra antimanicomial e militante da Reforma Psiquiátrica

Ana Paula Procópio da Silva\*  
Marco José de Oliveira Duarte\*\*

1) Ana Pitta nos conte de sua trajetória acadêmica, política e profissional.

Nasci em Salvador, Bahia, filha de pai pedagogo e desenhista no sistema educacional da minha cidade, e mãe “do lar”, a mulher mais sensível e inteligente que convivi de perto. Sempre estudei em escolas e universidades públicas, onde também me politizei. O terrível golpe militar de 1964 me encontra aos 13 anos já implicada com questões sociais, com as minhas limitações de conhecimento e indignação contra as desigualdades de chances de sobrevivência digna que já percebia, me iniciando no movimento estudantil secundarista contra as injustiças sociais evidentes. O que se acentua e radicaliza quando ingresso no ensino médio, colegial à época, e vou estudar no Colégio Estadual da Bahia – Central, verdadeira escola de política e costumes que formou uma geração de líderes da esquerda no movimento estudantil secundarista e universitário que atravessou a ditadura militar com resiliência e coragem. Perdemos alguns colegas nos porões da ditadura, mas aprendemos como poucos, noções de solidariedade e firmeza de caráter, naqueles anos de chumbo. Medo, desconhecer muitas coisas, não nos afastava de desempenhar todas as tarefas que o movimento estudantil e mais tarde a militância clandestina nos impunha na luta por democracia, justiça social e liberdade. Aos 18 anos após vestibular concorrido ingresso

\* Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora em Serviço Social (UFRJ, 2017). Mestre em Serviço Social (UERJ, 2009). Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos-PROAFRO UERJ. Pesquisadora integrante do Centro de Estudos Octavio Ianni (FSS/UERJ). Coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Uerj. *E-mail:* anapaulaprocopio@yahoo.com.br. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-4420-1114>.

\*\* Mestre e doutor em Serviço Social e pós-doutor em Políticas Sociais. Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas GEDIS/CNPq e do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ da UFJF e do Grupo de Estudos e Pesquisas NEPS/CNPq da UERJ. *E-mail:* marco.duarte@ufjf.br. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>.

na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e logo a seguir no Partido Comunista Brasileiro. Duros anos do AI-5 em que aprendemos a lutar! O partido exigia que fôssemos bons alunos. Fui monitora de Psicologia Médica e Psiquiatria, sendo a escolha da Saúde Mental e da Psiquiatria desde ali definida. Epidemiologia e Saúde Pública também me despertaram interesse em pesquisa na graduação e com um jovem professor, Sebastião Loureiro, vindo de um doutorado no exterior, realizo minha primeira pesquisa epidemiológica de campo que publicamos na Revista Baiana de Saúde Pública anos depois.

2) O ano de 2021 circunscreve os 34 anos do Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental realizado em Bauru, que é considerado o marco inicial do Movimento da Luta Antimanicomial, e os 20 anos da Lei 10.2016. Considerando esse lastro histórico gostaríamos que falasse sobre o seu envolvimento nesses processos que constituem uma psiquiatria alternativa e posteriormente antimanicomial no Brasil.

Permita-me um acerto de contas: se em 1987 estávamos realizando um Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental em Baurú; naquele mesmo ano realizávamos a Primeira Conferência Nacional de Saúde Mental “a heróica” na UERJ no Rio de Janeiro, quando os trabalhadores de Saúde Mental conseguiram mudar a condução traçada pelo Ministério da Saúde e definir suas propostas e diretrizes; temos de admitir que o Movimento da Luta Antimanicomial ou mesmo o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental já estava sendo gestado em diferentes cantos do país, com maior ou menor intensidade, para oferecer a massa crítica que pode organizar esses importantes eventos citados que servem como marcos históricos iniciais mas não revelam de fato a emergência dos sentimentos de revolta de alguns profissionais da saúde mental e psiquiatria pelas políticas de saúde vigentes e pela luta por direitos humanos para os encarcerados em manicômios no país.

3) Como você avalia as possibilidades atuais de defesa e ampliação das políticas públicas em saúde mental construídas em função dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 e dos processos institucionais postos em curso pela Constituição de 1988?

Sem Democracia nada pode acontecer se não o retrocesso que assistimos desde o golpe de 2015 com Temer e nesse governo inominável que aí está. A escuta dos movimentos sociais que se organizam para realizar a Quinta Conferência Nacional de Saúde Mental em maio de 2022 é esperança de renovarmos consensos e diretrizes para influenciar programas

de governo vitoriosos nas eleições do mesmo ano. Somente assim poderemos reverter o terrível retrocesso e desfinanciamento da rede de atenção psicossocial RAPS, do cuidado em liberdade, e todas as formas de inclusão social que inventamos com o crescimento do movimento de redemocratização do país, com o movimento antimanicomial, com o movimento da Reforma Psiquiátrica que caminharam juntos para as conquistas humanizatórias alcançadas e que agora regredem a olhos vistos.

4) Considerando a grave crise política, econômica e social brasileira agravada pela pandemia de Covid-19, o que a Luta Antimanicomial representa na contemporaneidade?

A Luta Antimanicomial é um movimento exitoso e ainda muito vivo que requer novos campos de ação para se reoxigenar e seguir na sua trajetória de lutas que reduziram drasticamente os manicômios no país criando alternativas do cuidado em liberdade em Caps, centros comunitários de atenção, Residências terapêuticas, Unidades de acolhimento, oficinas de economia solidária e tantas outras iniciativas, verdadeiras usinas de produção de subjetividades. A luta antimanicomial é o acúmulo de experiências e vivências necessárias para quando retomarmos políticas de saúde mental libertárias, intensamente atacadas nos últimos sete anos tenhamos massa crítica e trabalhadores, usuários e familiares prontos para alcançar etapas ainda mais ricas de conquistas para a superação dos manicômios.

5) Como uma trabalhadora da saúde e militante de longa trajetória, como você vê as possibilidades de uma formação que promova uma concepção antimanicomial passível de se materializar nas ações das/os profissionais de saúde?

Em nenhum momento deixei de discutir a questão de direitos humanos aviltados em espaços de privação de liberdade, ou defender a democracia como a melhor estratégia terapêutica para cuidar de pessoas em sofrimento mental. Muitos de nós ativistas temos chances de formar sujeitos amorosos e libertários prontos para radicalizar o cuidado humanizador onde estiver atuando e reivindicar espaços de vida e liberdade nas arquiteturas das redes de atenção que tiverem chance de influenciar escolhas, denunciando com veemência os crimes contra a dignidade humana que acontecem em algumas instituições que se dizem terapêuticas. Uma revista como esta exerce um importante papel formador. Os movimentos sociais de usuários e familiares de enfermos mentais, apesar de todos os ataques para fragilizá-los, podem seguir desempenhando o importante papel que desempenharam e desempenham na formação e na

cultura (vide Helisleide Bonfim da AMEA vencendo o prêmio Braskem de teatro). Muitos de nós estamos em universidades e outros aparelhos formadores e não podemos nos omitir da sagrada tarefa que já ocupamos em outros momentos de agirmos na formação e como apoiadores e catalisadores de todas as experiências e vivências que tragam chances de sobrevivida digna, em liberdade, aos que estão a precisar de nossos cuidados.

DOI: 10.12957/rep.2022. 63532



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.